

**ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI:
memórias e trajetórias de vivências na escola**

Regina Fernandes Monteiro
reginafermont@gmail.com

Mestra em educação, Profa. Substituta na Universidade Estadual do Pará, Técnica Pedagoga da Fundação de Atendimento Sócio Educativo do Pará – FASEPA

ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE VIVÊNCIAS NA ESCOLA

O presente artigo é um recorte da dissertação de mestrado intitulada: *Abandono escolar dos adolescentes que cumprem Medida Socioeducativa de Internação nos Espaços da Fundação de Atendimento Sócio educativo do Pará- FASEPA*. O objetivo foi traçar uma análise dos discursivos dos adolescentes entrevistados no intuito de examinar o que aconteceu nas práticas escolares destes sujeitos, que os fizeram abandonar o ambiente educacional de forma precoce e os fizeram enveredar por caminhos infracionais. A unidade escolhida como local de pesquisa foi a Unidade de Internação de Val-de-Cães que atende 20 adolescentes, na faixa etária entre 12 a 17 anos, cumprindo medida socioeducativa em regime fechado, já sentenciados pelo Juiz da Vara da Infância e Juventude. Dos 20 adolescentes internados, 18 adolescentes, de ambos os sexos, foram os sujeitos participantes da pesquisa. Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Como um dos resultados, percebemos a fragilidade que há no acompanhamento nos ambientes escolares, uma vez que produzem no adolescente em conflito com a lei a não possibilidade de reafirmação dos valores ético-sociais, não o tratando como sujeito de direito, como alguém que pode se transformar e que é capaz de aprender moralmente e de se modificar. Identificamos que a escola não está preparada para lidar com estes sujeitos e que um dos grandes desafios seria o de discutir formas para superar o distanciamento entre o discurso oficial e as práticas cotidianas e documentar as experiências inovadoras apoiando os programas que trabalham com esse público-alvo.

Palavras-chaves: Adolescentes em conflito com a lei. Medida socioeducativa. Abandono escolar. Ato infracional. Regime fechado.

This article is a clipping of the master's dissertation entitled: *School dropout of adolescents who comply with Socio-Educational Admission Measure in the Spaces of Pará-FASEPA Educational Partner Service Foundation*. The objective was to draw an analysis of the discourse of the interviewed adolescents in order to examine what happened in the school practices of these subjects, which made them leave the educational environment early and made them take offensive paths. The unit chosen as the place of research was the Val-de-Cães Inpatient Unit that serves 20 adolescents, aged 12 to 17 years, serving a closed socio-educational measure, already sentenced by the Judge of the Childhood and Youth Court. Of the 20 in system closed adolescents, 18 adolescents of both sexes were the participants of the research. For data collection, semi-structured interviews were conducted. As a result, we realize the fragility that exists in monitoring in school environments, since they do not produce in the adolescent in conflict with the law the possibility of reaffirmation of ethical and social values, not treating him as a subject of law, as someone who can to transform and who is able to learn morally and to change. We identified that the school is not prepared to deal with these subjects and that one of the great challenges would be to discuss ways to bridge the gap between official discourse and everyday practices and to document innovative experiences supporting programs that work with this target audience.

Keywords: Adolescents in conflict with the law. Socio-educational measure. Infringement Act. Closed System. School dropout

DESCREVENDO O PERCURSO... COMO TUDO COMEÇOU...

Neste Artigo intitulado “ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: memórias e trajetórias de vivências na escola” têm-se a intenção de apresentar um dos eixos corporificados no corpus de minha Dissertação de Mestrado: Abandono escolar dos adolescentes que cumprem Medida Socioeducativa de Internação nos Espaços da Fundação de Atendimento Sócio educativo do Pará- FASEPA¹.

Este estudo partiu de minhas inquietações, inicialmente como pedagoga, depois como gestora de uma das Unidades desta Instituição. Foi neste contexto, repleto de exclusão e abandono escolar que me senti instigada em buscar respostas que pudessem nos fazer analisar e refletir de que forma poderíamos contribuir nas análises das práticas escolares de muitos adolescentes que estão em Privação de Liberdade e que apresentam um quadro altíssimo de evasão e repetências em seus currículos escolares.

Ao adentrar pela primeira vez em um dos Espaços da Fundação da Criança e do Adolescente do Pará, no início do ano de 2006, me senti como que encarcerada pelo pesado portão de ferro que se fechou atrás de mim. Percebi de imediato, que ser pedagoga num espaço como aquele, não seria nada fácil. Assim, ao me dirigir a Sala de Atendimento Técnico, fui “convocada” pela gestora daquele espaço a atender um dos adolescente que estariam sob minha responsabilidade e que estava “atribulado” (termo adotado por eles para referir-se que não estavam tranquilos).

Nesta primeira abordagem junto ao referido adolescente, era perceptível o campo delicado em que estávamos atuando, pois ali estava um adolescente que cometera um ato infracional de natureza grave, um assalto seguido de morte, sem aparentemente o menor sentimento de arrependimento, longe do sistema educacional há algum tempo, sem a menor perspectiva de vislumbrar um futuro para a sua vida, pois, segundo ele, seus familiares cansados que estavam de lidar com essa situação, já não se sentiam responsáveis por este, e sozinho, ele podia fazer o que quisesse.

Sentindo-se abandonado por tudo e por todos, não poderia realmente apresentar um quadro emocional estável. Este adolescente ao cumprir a sua sentença de internação, após 1 (um) ano e 7 (sete) meses de medida em regime fechado e de todo trabalho realizado junto a ele, foi liberado para cumprir regime de Semiliberdade², fugindo daquele Espaço. Voltou para casa, para o mesmo bairro em que morava e para os mesmos “amigos”, descumprindo a nova medida estabelecida pelo Juizado da Criança e do Adolescente. Hoje, ocupa um pequeno espaço de terra no Cemitério do Tapanã / Belém-Pa. Morreu no dia 23 de outubro do ano de 2007, aos 17 anos em um confronto com a polícia.

Por ter sido o primeiro adolescente que tive contato num dos espaços da FASEPA, tenho algumas lembranças (memórias) e um sentimento de não cumprimento do dever, apesar de saber que o problema da (res) socialização inicia (ou termina) com a falta de Políticas Públicas voltadas para a consolidação de uma base mais eficaz junto a estes sujeitos, para o pleno desenvolvimento de sua juventude (Costa, 1990).

A FASEPA não tem um levantamento de quantos adolescentes, que já cumpriram Medida Socioeducativa dentro de seus espaços no estado do Pará, morreram ao longo de sua trajetória, mas de vez em quando nos deparamos com alguns deles estampados nos noticiários, tendo sido mortos por diversos motivos: *confrontos com a polícia, rivalidades com traficantes, assaltos mal sucedidos, entre outros*. Penso que estes números podem ser alarmantes e nos mostrariam o quanto a Socioeducação ainda têm muito a caminhar na efetivação de seus preceitos. Apesar de ter sido uma pesquisa realizada em 2009, suas análises além de atuais são o reflexo dos (des) caminhos da Socioeducação.

PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO

Analisar as práticas escolares daqueles que passaram pela escola, sem a efetivação de um vínculo construído e concretizado em ações consideradas suficientes para a formação de um cidadão crítico, nos permitirá de certa forma, questionar quais memórias os adolescentes que cumprem MSE de Internação apresentam depois do abandono ao ambiente educacional. A intenção foi traçar por meio dos enunciados discursivos dos sujeitos entrevistados uma análise coerente, no esforço de examinarmos o que aconteceu nas práticas escolares destes sujeitos, que os fizeram abandonar o ambiente educacional de forma precoce e os fizeram enveredar por caminhos outros que não o da busca de seu crescimento pessoal e profissional para suas vidas. Enfim, entendermos que papel a escola exerceu na vida desses adolescentes.

A unidade escolhida como lócus de pesquisa foi a Unidade de Internação de Val-de-Cães³ foi “projetada” para atender 20 adolescentes, na faixa etária entre 12 a 17 anos, cumprindo medida em regime fechado, já sentenciados pelo Juiz da Vara da Infância e Juventude. A Internação Sentenciada, determinada pelo Juizado da Infância e Juventude e prevista no Art. 121 do ECA - Estatuto da Criança e Adolescente (Brasil, 1990), constitui-se em **privação de liberdade**, aonde o sócio educando (termo usado para se referir a estes adolescentes) poderá permanecer por um período que não excederá três anos, em Instituição Socioeducativa de privação de liberdade. O atendimento é dividido conforme os níveis de crescimento dos mesmos, a fim de que seu crescimento pessoal e social seja evidenciado (Brasil, 2012).

*(...) Penso que estes números
podem ser alarmantes e nos
mostrariam o quanto a
Socioeducação ainda têm muito a
caminhar na efetivação de seus
preceitos. Apesar de ter sido uma
pesquisa realizada em 2009, suas
análises além de atuais são o
reflexo dos (des) caminhos
da Socioeducação.*

Não houve dificuldade quanto à escolha dos adolescentes, pois como esta unidade foi projetada para atender 20 adolescentes, optei por entrevistar a todos. Quando dei início ao período da entrevista havia 21 adolescentes no Espaço, porém ao término da mesma, apenas 18 socioeducandos encontravam-se na Unidade, daí ser este o número de sujeitos que compõe esta pesquisa.

Nas unidades de Internação da FASEPA, nos deparamos com adolescentes, tanto do sexo masculino, quanto feminino (cada gênero em suas respectivas unidades), autores de atos infracionais, com idade entre 12 a 18 anos incompletos (salvo os que estão cumprindo medida e completam a maior idade dentro dos espaços, que ao completarem 21 anos são desligados automaticamente do processo), oriundos de um sistema educacional, que de certa maneira, não conseguiu fazer com que estes sujeitos permanecessem no ambiente escolar, apresentando defasagens idades-série e um quadro de evasão e repetência em seus currículos escolares, apresentando em alguns casos, a não valorização da escolarização para sua vida, banalizando muitas vezes o seu ato e desvalorizando a sua própria vida e a vida das outras pessoas.

Este percurso terá como objeto de significação, as memórias destes adolescentes, suas curtas incursões pelos meandros da escolarização, através de uma visão de conjunto em um contexto sócio-histórico-cultural, engendrados pelo objeto discursivo como princípio constitutivo da linguagem, averiguando como no dizer de Arroyo (2004, p.131):

Os dilemas da infância, da adolescência e juventude populares que são: como articular viver, sobreviver ou estudar? Como primeiro é viver e sobreviver, o direito a educação, a escola, ao estudo se tornam escolhas no limite. Falta-nos um repensar dos currículos a partir das mudanças na precarização das formas de vida dos educandos.

Nesta pesquisa, busquei os referenciais teóricos da matriz sócio histórica em educação. Dado o seu interesse pelo construtivismo, como teoria, esta matriz passou de Piaget para Wallon e deste para Vygotsky que, por sua vez, influenciou em algumas das abordagens de Mikhail Bakhtin. Para Bakhtin (2000), o sujeito não é um gênio, todo-poderoso, mas também não é completamente apagado pela estrutura (história, ideologia, língua) ou pela forma. Há algo nesse espaço: o enunciado, o gênero discursivo, a escrita, o diálogo.

Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, por ser caracterizada pela formulação da maioria das perguntas previstas com antecedência e sua localização ser provisoriamente determinada (Becker, 1994). Neste tipo de entrevista, o entrevistador tem uma participação ativa, apesar de observar um roteiro, ele pode fazer perguntas adicionais para esclarecer questões e se compreender melhor o contexto, para que se possa fazer uma análise mais coerente com o objetivo proposto através das oralidades apresentadas. Enfim, o percurso traçado trouxe as informações pertinentes para o alcance esperado por esta pesquisa.

SOCIOEDUCAÇÃO E PRIVAÇÃO DE LIBERADE

Quem conhece de perto as Unidades de Internação mais problemáticas da FASEPA (e falo como partícipe deste processo), dificilmente poderá negar que a juventude caminha para formas cada vez mais bárbaras⁴ no acometimento de atos infracionais, onde as Unidades de Internação, cada vez mais lotadas (e de certa forma, sem estruturas para atender estes adolescentes), torna o caráter das Medidas Socioeducativas- MSE, em muitos casos, sem um efetivo alcance de seus objetivos, como refere Volpi (2006, p. 29):

A superlotação das unidades; a inexistência de proposta educativa; o excessivo rigor da justiça na imputação de penas privativas da liberdade e a inexistência de uma Política Estadual de Aplicação das Medidas Socioeducativas são os motivos que aparecem em situações de instabilidade.

De acordo com Costa (2006, p. 30):

Não custa reafirmar: a medida socioeducativa tem conteúdo predominantemente pedagógico, mas sua natureza é sancionatória. Ela é uma medida imposta, uma medida coercitiva quanto ao delito praticado por adolescente e decorre de uma decisão judicial. Uma medida que deve ser aplicada e cumprida com o restrito respeito às leis.

O Estatuto da Criança e do adolescente (ECA- BRASIL, 1990), criado com a finalidade de se tornar o marco constitucional de formulação de direitos e práticas de afirmação da cidadania para as crianças e adolescentes do país, ainda não conseguiu se constituir como um fio condutor para os Estados no sentido de formularem políticas e programas preventivos na proteção à vida, como refere Bazílio e Kramer (2006, p. 40):

Seja por ignorância do texto legal por parte da população ou autoridades, seja por descaso, o ECA consegue ser ao mesmo tempo desconhecido e criticado. Em seu nome são cometidos diversas arbitrariedades; demagogos encontram solo fértil para afirmar que a lei é demasiadamente liberal ao propor direitos, não definindo ‘responsabilidades’ ou ‘punições’, o que é um equívoco, conforme se pode ver nos artigos relativos à medida socioeducativa.

Ainda segundo Bazílio e Kramer (2006, p. 45), estamos diante de uma séria contradição, pois “temos uma das mais modernas legislações e uma prática institucional que se mantém repressiva” e não conseguimos avançar com políticas adequadas no atendimento dos adolescentes em conflito com a lei.

Nesta perspectiva, a intenção desta pesquisa não foi abordar ou fazer um estudo aprofundado sobre as fases da adolescência, sobre a violência, o Estatuto e seus preceitos, nem tão pouco fazer uma análise do Sistema de Garantias de Direitos ou da FASEPA. A pesquisa assume claramente uma intencionalidade: o objetivo primordial é o de analisar a escolarização vivenciada pelos adolescentes antes de sua chegada à FASEPA para cumprir Medida Socioeducativa de Privação de Liberdade.

Ouvir suas memórias, através de suas histórias orais para compreendermos o motivo de abandonarem o sistema educacional de forma precoce e/ou apresentarem em seus currículos escolares um alto índice de repetência. Ressaltando que neste Artigo trago apenas 01 (um) dos sujeitos ouvidos, mas com forte retórica a este respeito.

ADOLESCÊNCIA E ESCOLARIZAÇÃO

É sempre um desafio pensar a educação, penetrar no seu mundo regido por regras, interpretações e configurações que são próprios do ato de aprender/assinar. Porém, compreender a educação é muito mais que tais emaranhados de tessituras, é romper com os limites de procedimentos científicos através dos relatos de experiências dos sujeitos que compõem o percurso complexo que é o ato de aprender/ensinar, na construção de subjetividades e singularidades que nos tornam sujeitos e onde se constroem as culturas (Oliveira, 1995).

A escola é, assim, um lugar social onde o contato com o sistema de escrita e com a ciência, enquanto modalidade de construção de conhecimento se dá de forma sistemática e intensa, potencializando os efeitos desses outros aspectos culturais sobre os modos de pensamento, além disso, na escola o conhecimento em si mesmo é objeto privilegiado da ação dos sujeitos envolvidos, independentemente das ligações desse conhecimento com a vida imediata e com a experiência concreta dos sujeitos. As práticas escolares favorecem, portanto, o pensamento descontextualizado e a ação metacognitiva. Favorecem também o aprendizado de formas de controle da produção cognitiva, as quais são componentes importantes das tarefas escolares (p.156).

Sendo o Brasil um país de contradições, nada mais contraditório do que falarmos em “Brasil, um país de todos” e vermos ainda crianças e adolescentes fora dos espaços escolares. Segundo Bossa, (2002, p. 19):

No Brasil, a escola torna-se cada vez mais o palco de fracassos e de formação precária, impedindo os jovens de se apossarem da herança cultural, dos conhecimentos acumulados pela humanidade e, conseqüentemente, de compreenderem melhor o mundo que os rodeia. A escola, que deveria formar jovens capazes de analisar criticamente a realidade, a fim de perceber como agir no sentido de transformá-la e, ao mesmo tempo, preservar as conquistas sociais, contribui para perpetuar injustiças sociais que sempre fizeram parte da história do povo brasileiro.

Neste contexto, é a escola que sem dúvida, deverá ser a flexibilizadora de uma discussão mais aberta e reflexiva junto a seus alunos, como campo de debates e de uma formação complementar que os faça refletir sobre o eu e o outro, como no dizer de Bakhtin: “é no encontro entre o eu e o tu que nos tornamos o que somos” (2000, p. 31), pois a construção de nossas identidades só se faz a partir da interação, pois ela é dialética e a escola tem um papel ativo, quer na construção de contextos a partir de interações com os outros, quer na apropriação de valores importantes para a construção da cidadania.

Assumir um compromisso efetivo e não indiferente é o que Bakhtin (2000) chama de ser responsável por nossos atos, assiná-lo, ser responsável por ele em face dos outros num contexto real e concreto, ou ainda, o pensamento tornado ato é um pensamento valorado, um pensamento com entonação e que adquire, ainda segundo a expressão de Bakhtin, “a luz do valor” (1992).

MEMÓRIAS DE ESCOLA: o que dizem os adolescentes em conflito com a lei sobre suas vivências escolares

Nesta Seção trato especificamente da análise da entrevista realizada junto ao adolescente que cumpria Medida Socioeducativa de Internação na Unidade de Val-de-Cães-FASEPA⁵, destacando apenas a fala de um dos 18 adolescentes entrevistados, mas que bem representará o coletivo ouvido.

Alguns teóricos, como Mikhail Bakhtin, subsidiaram estas análises à luz da Rede de Significados (RedSig) para que pudesse apresentar uma interpretação do “*corpus*” mais próxima da realidade destes sujeitos, sobretudo de suas memórias de escola. Nesta perspectiva, as entrevistas foram transcritas na íntegra (os erros de português foram deixados para preservar a maneira como os adolescentes falam). Cada adolescente foi identificado por um codinome para que fossem preservadas suas identidades, pois, segundo o Artigo 17 do Capítulo II do ECA (Brasil, 1990), que versa sobre o direito ao respeito da inviolabilidade dos direitos da criança e do adolescente e da preservação da imagem e da identidade dos mesmos, é preciso ter cuidado na identificação dos sujeitos adolescentes partícipes de qualquer pesquisa.

Os enunciados discursivos aqui proferidos referem-se a nossa temática, pois ao darmos voz aos adolescentes, constatamos, de alguma maneira, a inconsistência de sua passagem pela escola. No que tange à educação, a legislação brasileira determina a responsabilidade da família e do Estado no dever de orientar a criança em seu percurso sócio educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB (1997, p.2) é bastante clara a esse respeito:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Becker (1994, p. 33) assinala que no Brasil:

De cada grupo de cem crianças matriculadas nos dois primeiros anos escolares, sessenta não passam de ano ou deixam a escola, apenas dezessete concluem o primeiro grau e somente uma chega ao ensino médio

Assim, os dados revelam uma realidade bastante preocupante e que atinge desde o nível micro (a escola) até o nível macro (o Estado e o País). Muitos autores já pesquisaram quanto ao abandono escolar (Aquino, 1997; Arroyo, 1997; Bossa, 2002; Cortella, 2005). Tudo isso, obviamente, empresta grande relevância a toda investigação que intenta refletir a respeito dessas questões e investigar as perspectivas de a escola desempenhar sua função e as dimensões que pode assumir esse desempenho.

Nesta perspectiva, podemos dizer como Marx (1991) que a educação é o único caminho capaz para transformação humana social dos indivíduos, conduzindo-os para uma visão crítica, conscientizando e preparando-os para viverem em sociedade e assumindo a sua cidadania.



Nos enunciados discursivos do adolescente Progênio (escolhido para este Artigo), este refere o **abandono à escola** devido ao seu **envolvimento com atos infracionais**, com destaque para:

Quantos anos você tem? *R: 17. Há quanto tempo você está cumprindo a sua medida? R: 9 mês. Em que série você estava estudando? R: Eu ficava..., fazia a segunda etapa lá fora. Em que ano você estava estudando, você lembra o ano? R: Alembro, 2007. Você concluiu? R: Não, não terminei. Por que? R: Porque eu aprontei, fiz onda lá fora, eu, daí saí fora da escola. Fez onda e veio parar aonde? R: Na FUNCAP!... (sic).*

Sob esse enfoque, percebemos a fragilidade que há no acompanhamento de adolescentes nos ambientes escolares, uma vez que produzem no sujeito (e neste caso o que está em conflito com a lei) a não possibilidade de reafirmação dos valores ético-sociais, não o tratando como sujeito de direito, como alguém que pode se transformar, que é capaz de aprender moralmente e de se modificar. A escola não está preparada para lidar com estes sujeitos.

Podemos perceber, o desinteresse destes sujeitos pela escola é real e faz parte das tristes estatísticas apresentadas por diversos órgãos e pesquisadores. Se esta escola está despreparada para lidar com a adolescência dita “normal”, imagina a que está em Conflito com a Lei? Vejamos o enunciado seguinte:

Repetiu alguma vez de ano? *R: Cinco anos eu repeti. Que série? R: A segunda série. Por cinco vezes você repetiu a segunda série! Por quê? R: Ah! Porque eu ficava porre na sala de aula, eu levava uma mochila com mangueira, aí eu escrevia uma letra e bebia, aí a professora sentia cheiro de cachaça na sala de aula, mas eu tava com a mochila e ela nem se ligava, mais com cheiro de cachaça assim a pessoa não morre não! Eu já tava lavado já! E era você? R: Sim, era eu. Levava vinho às vezes. Com quantos anos você começou a beber R: Desde os onze anos eu bebo já (...). (sic)*

Durante a escolarização, os seus efeitos são perceptíveis, principalmente no campo da formação psicológica do sujeito, o que sem dúvidas, nos leva a não relativizar as questões que envolvem a análise do abandono ao ambiente educacional por adolescentes que cumprem MSE de Internação dentro dos Espaços da FASEPA. Este abandono ao ambiente educacional devido ao envolvimento com a criminalidade e a violência é de extrema relevância para esta análise, pois a inserção social dar-se-á na proporção direta e efetiva da educação, vista como possibilidade de revisão de valores, de apreensão de conhecimentos e de vivências que permitam experiências de convívio com o outro na dimensão do respeito mútuo e da convivência pacífica.

Nesta perspectiva, a educação tem um impacto direto sobre o desempenho escolar que nenhuma outra variável tem como Meichenbaum (2001) citado por Gallo; Williams (2005) afirmam,

Alguns pesquisadores acreditam que um alto nível intelectual atua como fator de proteção, auxiliando jovens de alto risco a não se engajar em atividades delituosas. Os adolescentes com baixo nível intelectual têm maior probabilidade de praticar crimes mais violentos do que jovens com maior escolaridade e, também, são três vezes mais prováveis de se ferir em brigas e precisar de intervenção médica. Mais de 80% dos jovens custodiados na América do Norte são funcionalmente iletrados. (p.36).

A escola atual precisa estar preparada para receber e formar estes adolescentes, frutos de uma sociedade injusta, e para isso, necessitamos de professores dinâmicos, responsáveis, criativos, que sejam capazes de inovar e transformar sua sala de aula em um lugar atrativo e estimulador, para que a criminalidade não se sobreponha na vida destes sujeitos. Essa tendência é tematizada, também, por Caldeira (2008, p. 43) ao afirmar que “a fala do crime é produtiva, mas o que ela ajuda a produzir é segregação (social e espacial), além de abusos por parte das instituições da ordem, contestação dos direitos da cidadania e, especialmente, a própria violência”.

Arroyo (1997, p.39) chama a atenção sobre essa questão dizendo que “a evasão sugere que o aluno que se evade deixa um espaço e uma oportunidade que lhe foi oferecida por motivos pessoais e familiares. Portanto ele é responsável pela sua evasão. Quando o aluno se evade o professor não tem nada a ver com isso”. Esta é uma análise que Arroyo põe em questão, pois é muito cômodo transferir o problema sempre para o aluno que evade. A escola, também, não está conseguindo mantê-lo sob sua custódia.

Quanto ao **índice de repetência**, o adolescente Progênio, em seus enunciados discursivos ria-se de sua própria história de vida. Percebemos claramente a falta de consciência da importância do percurso de sua escolaridade. Como pudemos perceber este adolescente não conseguiu, nem sequer, completar as primeiras séries do ensino fundamental. Segundo Arroyo (1997, p.18) “os alunos chegam à escola defasados, com baixo capital cultural, sem habilidades mínimas, sem interesse, ou seja, chegam à escola reprováveis”.

Progênio apresenta um elevado índice de reprovação nas séries iniciais de sua escolarização e o envolvimento com o uso de bebidas alcoólicas, o que é muito recorrente entre os adolescentes, como no enunciado discursivo, sobretudo, dentro e fora do ambiente educacional, sem perspectivas e noção do quanto o afastamento a este ambiente desestrutura ainda mais a sua inserção social.

Em 2009, de acordo com dados do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) O alcoolismo acomete de 10% a 12% da população mundial, ao que mais de 11% dos brasileiros, que vivem nas 107 maiores cidades do país, sofrem da doença. Ainda de acordo com o CEBRID, mesmo tendo sua venda proibida para menores de idade, mais de 65% dos estudantes do ensino fundamental e médio de dez capitais brasileiras consomem álcool com certa frequência, ao que dentre esses, 50% iniciaram o uso entre os 10 e 12 anos de idade.

É claro que a educação sozinha, não dá conta dos problemas sociais que atingem o adolescente, o jovem e a sociedade, pois a formação do indivíduo não se esgota na sala de aula, ela requer acompanhamento e reforços positivos na convivência com seus pares e com todos aqueles que direta ou indiretamente contribuem para sua mudança, porém, a escola é um caminho impar na construção de mentes pensantes e construtoras de ideais individuais e coletivos.

CONCLUINDO O PERCURSO... COMO TUDO TERMINOU...

Iniciar uma conversa para se concluir um percurso de pesquisa não é uma tarefa fácil. Não há começo absoluto ou ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis. Então, o que dizer depois de todas estas análises?

Assim, identificar os fatores que contribuíram para que estes adolescentes abandonassem o ambiente educacional de forma precoce, me surpreendeu, pois em alguns enunciados discursivos, eles se referiram às suas vidas escolares, pautadas por momentos de agressividades e de tranquilidades, de alegrias e decepções, onde, ao mesmo tempo em que criticam os espaços escolares, elogiam-no, onde em determinados momentos não reconhecem a autoridade dos professores com os quais estudavam, em outros referem que mantinham bons relacionamentos com os mesmos ou com os seus pares com os quais estudaram. Assim, as trajetórias dos sujeitos aqui analisados, mostraram-se permeadas, tanto de experiências negativas no ambiente educacional e pessoal, quanto positivas.

A escola demonstra-se despreparada, a família se sente incapaz e “apedrejada”, por isso se afasta, resiste, não conseguindo manter-se como espaço onde se constrói relações sociais. Os laços são rompidos e onde deveriam ser cuidados, são abandonados ou colocados em segundo plano em detrimento da busca pela sobrevivência.

O grande desafio é discutir formas para superar o distanciamento entre o discurso oficial e as práticas cotidianas. Documentar as experiências inovadoras e apoiar os programas que trabalham com crianças e adolescentes, também seria um grande avanço neste sentido. Investir ainda mais em pesquisas, também nos ajudaria na reflexão de temas importantes à qualidade de vida destes sujeitos e melhorias nas instituições pelas quais circulam, incluindo-se aqui a escola, pois como todas as demais questões relacionadas ao ser humano às questões que envolvem a adolescência merecem ser tratada com respeito, ética e profissionalismo.

A Socioeducação é um desafio a cada dia, e as Instituições socioeducativas tem em suas mãos propostas para o atendimento socioeducativo, o que deverá se constituir a cada dia numa nova história, numa nova análise a ser realizada por outros e novos olhares. O meu se encerra aqui por ora, na certeza de que outras vozes se entrelaçaram nestas análises, abrindo caminhos para outros diálogos.

REFERÊNCIAS

- Arroyo, M. G. Caldart, R. S. e Molina, M. C. (Orgs.) (2004). *Por uma educação do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bakhtin, M. (1992). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bakhtin, M. (2000). *Os gêneros do discurso*. In: *Estética da criação verbal*, [trad. francês : Maria Ermantina Galvão; revisão : Marina Appenzeller]. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Bazilio, L. C. e Kramer, S. (2006) *Infância, Educação e Direitos Humanos*. 2ª ed. São Paulo: Cortez.
- Becker, H. S. (1994). *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. Tradução de Marco Estevão. 3ª edição. São Paulo: Editora Hucitec.
- Bossa, N. A. 2002. *Fracasso Escolar: um olhar psicopedagógico*. Porto Alegre: Artmed.
- Brasil. (1990) *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Distrito Federal, Brasília. Lei Federal 8.069 de 23 de julho.
- Brasil (2012). Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Lei Federal 12.594/2012. Brasília.
- Caldeira, T. P. R. (2008) *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34.
- Costa, A. C. G. (1990). *Participar é preciso. Ministério da Ação Social, centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA)*. Rio de Janeiro: Bloch.
- Costa, A. C. G. (2006). *Protagonismo Juvenil: Adolescência, Educação e Participação Democrática*. Fundação Odebrecht, Salvador, 2006.
- Marx, K. (1991). *A ideologia Alemã*. 8ª ed, trad, Jose Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, HUCITEC.
- Gallo, A. E.; WILLIAMS. Albuquerque L. C. (org). (2005). *Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional*. Psicol. teor. prat. v.7, n.1. São Paulo. jun.
- Oliveira, M. K. (1995). *Letramento, cultura e modalidades de pensamento*. In: Kleiman, Angela B. (org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado das Letras.
- Volpi, Mario (2006). *O Adolescente e o ato infracional*. 6ª ed. São Paulo: Cortez.

NOTAS

- 1- Coordena a execução das Medidas de Privação de Liberdade (provisória, internação e Semiliberdade), impostas pelos Juízes das diversas comarcas do Estado do Pará à adolescentes que cometeram atos infracionais.
- 2- No cumprimento da Medida de Semiliberdade, o adolescente permanece de 2ª a 6ª feira, em uma Unidade específica para o cumprimento desta Medida e é acompanhado por uma equipe multidisciplinar nas atividades de escolarização, profissionalização, esporte, cultura e lazer. Aos finais de semana, conforme consenso desta equipe, o adolescente poderá exercitar convivência familiar e comunitária junto a seus familiares, tendo que retornar a Unidade no primeiro dia útil da semana.
- 3- No início do ano de 2010, esta Unidade passou a atender apenas os adolescentes na faixa etária de 16 e 17 anos de idade. E em 2016 foi extinta.
- 4 - Pimentel, A. (org) (2007). *Universo adolescente: escalpelamento, drogadição, violência, agressividade, subjetividade*. 1ª Ed.-Belém: Centro de Desenvolvimento da Adolescência.
- 5- Uma boa leitura nesta perspectiva é o artigo de Estela Grassi: **Variaciones em torno a la exclusión: De qué integración hablamos?** Revista Serviço Social & Sociedade. Nº 70. Julho-2002.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

Monteiro, R. F. (2019). Adolescentes em conflito com a lei: memórias e trajetórias de vivências na escola. **Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia**, 10 (3), 41-58.

RECEBIDO: 21/11/2018.

APROVADO: 06/09/2019.